



Diversidade:
Diferentes,

não

Desiguais

Denise Pereira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

Diversidade: Diferentes, não Desiguais

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D618 Diversidade [recurso eletrônico] : diferentes, não desiguais /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Diversidade: Diferentes, Não Desiguais; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-090-2

DOI 10.22533/at.ed.902190502

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em pleno século XXI deveria ser natural vivenciar a diversidade, pois aceitá-la não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua.

A intolerância muitas vezes manifestada em virtude de uma generalização apressada ou imposta por uma sociedade, leva ao preconceito. E, esse preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou dar oportunidade de relacionamento, privando-as de usufruir de um grande benefício: aprender e compartilhar ideias com pessoas diferentes.

A partir da discussão de conceitos de cor, raça, gênero, que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino, negro e branco, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse conceito tem na vida cotidiana e como os arranjos da diversidade podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Boa leitura

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(RE)CONSTRUÇÕES DAS IDENTIDADES DE GÊNERO E DAS CORPORALIDADES EM A PELE QUE HABITO	
Vivian da Veiga Silva Ana Maria Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.9021905021	
CAPÍTULO 2	7
“LGBTTRABALHADORES”: OS FORA DA NORMA INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	
Rafael Paulino Juliani Rosemeire Aparecida Scopinho	
DOI 10.22533/at.ed.9021905022	
CAPÍTULO 3	16
“BAIXOU A 1140 AQUI?” DIFERENÇAS E DISTINÇÕES NAS PRAIAS GAYS DE COPACABANA E IPANEMA	
Alexandre Gaspari	
DOI 10.22533/at.ed.9021905023	
CAPÍTULO 4	23
A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO FEMININO COMO OBJETIVO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Ana Claudia Lopes Venga Larissa Valim de Oliveira Farias	
DOI 10.22533/at.ed.9021905024	
CAPÍTULO 5	36
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL	
Ana Carla Menezes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9021905025	
CAPÍTULO 6	47
BRINCAR DE BONECA É COISA DE MENINO. E DE MENINA TAMBÉM!	
Lorena Marinho Silva Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.9021905026	
CAPÍTULO 7	59
CIBORGUES E CIBERFEMINISMOS NO TECNOCAPITALISMO	
Cláudia Pereira Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.9021905027	
CAPÍTULO 8	81
BRINCADEIRAS INFANTIS E MODERNIDADE: BRINQUEDOS TÊM GÊNERO?	
Alexandra Sudário Galvão Queiroz Maicon Salvino Nunes de Almeida Celia Nonato	
DOI 10.22533/at.ed.9021905028	

CAPÍTULO 9 88

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CLÍNICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Lacilaura Bomtempo Lamounier Costa

Bruna Afonso Gibim

Rafael De Tilio

DOI 10.22533/at.ed.9021905029

CAPÍTULO 10 94

CONHECIMENTO DA ENFERMAGEM SOBRE PESSOAS TRANSEXUAIS: REVISÃO INTEGRATIVA

Carla Andreia Alves de Andrade

Alberto Magalhães Pires

Taiwana Batista Buarque Lira

Karla Romana Ferreira de Souza

Rianne Rodrigues de Lira

Wanderson Santos Farias

Josueida de Carvalho Sousa

Andréa Roges Loureiro

DOI 10.22533/at.ed.90219050210

CAPÍTULO 11 106

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO DIRIGIDA À MULHER NEGRA NO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR

Nayra Leal Feitosa

Felipe Silva Duarte

Joseane de Queiroz Vieira

DOI 10.22533/at.ed.90219050211

CAPÍTULO 12 114

CRÍTICA SOBRE A FORMAÇÃO DA IDEOLOGIA DE SUBMISSÃO FEMININA: EM ESPECÍFICO OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Heloisia Silva Alves

DOI 10.22533/at.ed.90219050212

CAPÍTULO 13 121

DISCURSO, MÍDIA E INFORMAÇÃO: SENTIDO E SIGNIFICAÇÃO DOS MATERIAIS INSTRUCIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA NA COMUNIDADE LGBTQTTI

Deyvid Braga Ferreira

Lívy Ramos Sales Mendes de Barros

DOI 10.22533/at.ed.90219050213

CAPÍTULO 14 136

FACEBOOK E HOMOSSEXUALIDADE: ENUNCIADOS E PRECONCEITO NA REDE SOCIAL

Rodrigo Luiz Nery

DOI 10.22533/at.ed.90219050214

CAPÍTULO 15	151
FEMINISMO E GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DOS ESTUDOS BRASILEIROS	
Dejeane de Oliveira Silva	
Mirian Santos Paiva	
Edméia de Almeida Cardoso Coelho	
Fernanda Matheus Estrela	
Raiane Moreira Coutinho da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.90219050215	
CAPÍTULO 16	162
GÊNERO, ESCOLA E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS: PROBLEMATIZANDO REPRESENTAÇÕES HEGEMÔNICAS	
Andrea Geraldí Sasso	
Fabiane Freire França	
DOI 10.22533/at.ed.90219050216	
CAPÍTULO 17	173
INTERFERÊNCIAS DA VISÃO ANDROCÊNTRICA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS SENTENÇAS SOBRE OS CRIMES DE ESTUPRO CONTRA MULHERES	
Lívy Ramos Sales Mendes de Barros	
Wanessa Oliveira Silva	
Deyvid Braga Ferreira	
José Humberto Silva Filho	
Marcus Vinicius de Almeida Lins Santos	
DOI 10.22533/at.ed.90219050217	
CAPÍTULO 18	186
MACHISMO INVISÍVEL E A CATEGORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS	
Lycia Rinco Borges Procópio	
Jarbene de Oliveira Silva Valença	
DOI 10.22533/at.ed.90219050218	
CAPÍTULO 19	194
O FEMINISMO NO CORPO DA MULHER TRANS	
Diana Dayane Amaro de Oliveira Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.90219050219	
CAPÍTULO 20	201
O PROBLEMA DO PATRIARCADO E A MANUTENÇÃO DA CULTURA DO ESTUPRO	
Lissa Furtado Viana	
Emannuely Cabral de Figueiredo	
Otávio Evangelista Cruz	
Raíssa Feitosa Soares	
Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.90219050220	
CAPÍTULO 21	210
PALAVRAS: ESCRITA FEMININA, LUSOFONIA, ÁFRICAS	
Izabel Cristina Oliveira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.90219050221	

CAPÍTULO 22 221

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES PRETAS LÉSBICAS NO MERCADO DE TRABALHO EM SALVADOR

Juliana de Castro Braz
Tânia Moura Benevides

DOI 10.22533/at.ed.90219050222

CAPÍTULO 23 231

OS CABARÉS IPUENSES: O COMÉRCIO DO SEXO EM IPU (1960-1980)

Francisco de Souza Lima Filho
Dalvanira Elias Camelo

DOI 10.22533/at.ed.90219050223

SOBRE A ORGANIZADORA..... 237

O FEMINISMO NO CORPO DA MULHER TRANS

Diana Dayane Amaro de Oliveira Duarte

Universidade do Estado do Rio grande do Norte.
dianadayane1@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho de caráter bibliográfico é resultado de questionamentos produzidos através da conclusão da dissertação de mestrado da autora em questão. Neste breve relato foi abordado uma problemática acerca do feminismo no corpo mulher trans (travesti, transexual e drag queen) e como a produção da existência de um corpo dissidente pode também produzir fissuras dentro das lutas centrais do feminismo a partir de questionamentos acerca da heteronormatividade. Com esse objetivo foram utilizadas referências teóricas sobre as análises de discurso, o corpo como processo de intervenção próstética e a teoria da performatividade ressignificada por Judith Butler.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, gênero, sexualidade, heteronormatividade.

Como o feminismo se expressa no corpo da mulher transexual? Essa foi uma pergunta gerada (e que hoje é gestada) por meio da conclusão da dissertação de mestrado da autora deste trabalho. A dissertação teve como título: “Arte dos Parangolés, *confetos* e resistência a heteronormatividade: uma pesquisa Sociopoética¹.”

O processo de encerramento de uma pesquisa é, às vezes, oposto ao sentido de qualquer conclusão. Ao estudar sobre resistência à heteronormatividade, a questão nunca foi circunscrita a existência de um corpo despojado dos processos de sexualidade dominante. O poder e a sexualidade estão intimamente relacionados, de modo tal que não se pode conceber uma sexualidade subversiva e emancipada, livre de qualquer discurso normatizador. A questão central da pesquisa foi, no entanto, como resistir aos sintomas de inferioridade produzidos pela

¹ A Sociopoética se constitui por meio de cinco princípios básicos norteadores. A formação do grupo pesquisador que deverá incluído em todos os momentos da pesquisa, da escolha do tema gerador as análises dos dados. A pesquisa deverá valorizar grupos não centrais, ou seja, aqueles que habitam na margem, que sofrem os processos de sujeição, que produzem resistência, pois eles criam múltiplas formas de compreender o mundo. Em terceiro está a consideração do conhecimento como expressão emocional e intuitiva que age sobre o corpo todo, essa busca pela produção de sentidos as linhas de fuga à universalidade racional que a tudo tenta capturar. Assim, no campo da pesquisa, deve ser construído possibilidades criadoras que façam expressar esses conhecimentos no terreno do inconsciente. Por último a Sociopoética revela um compromisso ético, espiritual e político para a pesquisa, pois não se coloca apenas no mundo acadêmico de modo a desconsiderar formas de habitar e interpretar o mundo, mas busca essas formas como penetrar a academia, revelando devires inconstantes e imprevisíveis. biológica e nem se inicia nele, mas traz um sentido escapatório às identidades sem necessariamente anulá-las.

heteronormatividade contra os sujeitos que não preenchem as normas de inteligibilidade do corpo.

Com esse objetivo, utilizamos a abordagem metodológica da Sociopoética de modo a fazer emergir, pelas técnicas artísticas do parangolé de Hélio Oiticica, o fazer desse corpo fugidio e movediço por meio do grupo co-pesquisador. Um fazer nem sempre consciente, mas que trouxe a cena o feminismo que não se encerra no corpo da mulher biológica e nem se inicia nele, mas traz um sentido escapatório às identidades sem necessariamente anulá-las.

É importante ressaltar que o movimento feminista foi construído a partir da busca por uma modificação na estrutura interna da sociedade. Uma sociedade cuja participação das mulheres na atividade política, científica e econômica era bastante reduzida e depreciada. As vitórias políticas carregam seus sucessos e escorregam nos seus excessos. O feminismo ultrapassou os objetivos aos quais se propôs. Se havia uma demanda por maior participação política, como por exemplo, a busca pela extensão do voto como pleno exercício de cidadania e reconhecimento de direitos para a mulher reconhecido pelo próprio Estado, haveria de surgir um campo científico de análise completamente novo, um campo que questionava a própria noção de sujeito universal.

O homem, branco e heterossexual tornou-se ponto de partida da crítica feminista. A autoridade da posição masculina e sua constituição como sujeito universal já não poderia ser fundamentado como essência reguladora de todos os corpos ou mesmo premissa para análises daquilo que divergia dessa centralidade. Com isso, fazia-se a denúncia de uma ciência que se construía sobre caráter particularista, sexista e racista. Eram os saberes ocidentais que se mostravam incapazes de pensar na diferença e com a diferença.

Além da crítica ao modo de produção dominante do conhecimento científico, existem propostas alternativas que operam de forma diferenciada em consideração a experiência cultural, histórica e social diferenciada da masculina. É importante ressaltar que a produção diferenciada de conhecimentos não ocasiona a ruptura total dos modelos dominantes, pode também reproduzi-los. A questão aqui é que esses conhecimentos processam uma nova forma de análise por surgirem da mutação, da potência do detalhe.

Estruturas basilares da ciência como a neutralidade e a objetividade são retiradas de eixo porque as normas científicas são impregnadas de valores masculinos. Autores como Foucault, Deleuze, Lyotard, Derrida foram utilizados como aporte teóricos para se pensar em outras perspectivas fora do marxismo, novas formas de operar a produção do conhecimento revendo o processo artificial da construção das identidades supostamente “naturais”, sendo efeito do discurso e não uma síntese múltiplas das determinações, como dirá Karl Marx.

Sobre esse tema, Butler (1990) fará um exaustivo aparato teórico acerca da trajetória do feminismo enquanto corrente epistemológica de crítica a esse sujeito

universal. Ela destaca também que, embora a teoria feminista considere a unidade da categoria de mulheres, acaba introduzindo uma divisão nesse sujeito feminista por não conseguir romper com os postulados universalistas aos quais criticaram.

Quando o feminismo buscou estabelecer uma relação integral com as lutas contra a opressão racial e colonialista tornou-se cada vez mais importante resistir à estratégia epistemológica colonizadora que subordinava diferentes configurações de dominação à rubrica de uma noção transcultural de patriarcado. (BUTLER, p.72, 1990).

Para além do debate acerca do conceito de patriarcado, o ponto a ser compreendido é a tentativa de apropriação de uma lei que se enraíza num fundamento universal e determinante. A busca por essa lei pretende entender, por meio de mecanismos não biológicos, não somente a construção do gênero a partir do sexo, mas também a natureza cultural da opressão.

Com isso Butler (1990) afirma que o termo gênero não é derivado ou consequência do sexo. Ele não tem começo nem fim. Quer dizer, o gênero é efeito do que se faz e não do que se é. Sendo o sexo não natural, a trajetória seguida pelo movimento feminista é rompida por meio das problematizações de caráter pós estruturalista. O corpo “se torna” a partir da construção do discurso e suas práticas de enunciação.

A proposta não é buscar a metafísica do gênero como se tem feito tradicionalmente, até o final do século XX. Mas observar que o gênero é um efeito, podendo ser investigado genealogicamente por meio de seu mapeamento político compreendendo como as configurações culturais do gênero tem sua hegemonia incrementada por meio da autonaturalização bem sucedida.

Dessa forma, dentro da epistemologia feminista que havia se firmado como crítica a formas centralizadoras e sexistas da ciência, também incorporou e reproduziu as mesmas estruturas binárias as quais denunciava. Definiu o corpo da mulher por meio da concepção biológica da genitalização a qual reduzia as expressões do feminino e do masculino de forma dualista, opositiva e hierarquizante. A busca pela inclusão de todas as mulheres provocou silenciamento e questionamentos políticos importantes para o movimento de mulheres, quer dizer, quem eram essas mulheres que pareciam tomar para si o significado da luta feminista?

“O sujeito” é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que “não” aparecem, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. [...] Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação. (BUTLER, p. 20,21. 1990)

Ao contrário do que apregoa a sororidade², a fragmentação da teoria feminista não representa necessariamente um fracasso no campo político, mas demonstra que a multiplicidade é capaz de criar formas de expansão da luta feminista para além de uma unidade que se transformou, muitas vezes, em formas veladas de subcategorização do feminino não hegemônico.

Os estudos *Queer* possibilitaram a interpretação das experiências da sexualidade que ocorreram fora desse centro. Revelaram precariedade da unidade da diferença sexual em torno de uma só categoria e como a busca pela construção da cidadania em termos de garantia de direitos produzem as mesmas exclusões que buscam combater. Todo esse esforço ocorre porque a noção construída a partir dos movimentos que produziram a teoria *queer* apontam para um dado de não fixidez e de resistência aos padrões de gênero denunciando processos regulatórios onde as normas de gênero operam e dão inteligibilidade às performances de gênero.

A teoria *queer* não funciona somente no campo acadêmico, mas em nível de práticas corporais. O corpo carrega seus signos de modo exteriorizado, como uma espécie de campo que não se constrói de modo pacificador, instruído pela vontade, mas que se coloca em constante combate, operado por diferentes dispositivos. Ou seja, o corpo não possui uma existência anterior que espera por sentidos, ele é investido de forças e produzido. O sexo e o gênero são, portanto, realizados de modo repetitivo, garantindo sua permanência e encontrando dificuldade para serem tensionados devido a rigidez provocada pelas constantes tentativas de fixidez.

É justamente por meio do conceito de performatividade readaptado e desenvolvido por Judith Butler, redefiniu o que o gênero será compreendido como sendo desenvolvido a partir de atos repetitivos garantindo, portanto, a sua inteligibilidade. As afirmações de Butler ao teorizar o gênero como sendo uma construção totalmente independente do sexo, este último passa a ser, desse modo, livre de amarras, de tal forma que o homem masculino poderia se encontrar num corpo feminino, como a mulher feminina poderia se encontrar num corpo masculino.

Nem sempre os corpos foram interpretados dessa maneira. De acordo com Bento (2008) até o século XVII, os anatomistas trabalhavam com a perspectiva do isomorfismo, ou seja, um único corpo e dois gêneros, no mínimo. No isomorfismo, a vagina era analisada como sendo um pênis invertido. Os ovários eram os testículos embutidos, a vagina era uma espécie de pênis pouco evoluído. As mulheres traziam dentro de si tudo que os homens carregavam exteriormente. Desse modo, naquela época não havia nada de estranho uma mulher se tornar um homem. Os corpos não eram divididos por meio do pênis ou da vagina, mas porque acreditava-se que o homem produzia mais calor, energia necessária para gerar a vida. Por ser um homem

2 Sororidade é um termo disseminado por uma parte do movimento feminista a qual defende a união de todas as mulheres como forma de combater o dissenso, a competitividade e a dominação masculina. De acordo com Penkala (2014), trata-se de uma espécie de pacto de irmandade que, supostamente, auxiliará na promoção, do empoderamento feminino.

imperfeito a mulher carregava em si pouco calor. A ordem social era fundamentada a partir do calor e o corpo era representado por meio de uma continuidade e nunca como uma divisão de naturezas opostas e inatingíveis uma pela outra.

Ainda segundo Bento (2008), essa disputa entre isomorfismo e dimorfismo apontava para uma redefinição das posições sociais entre o masculino e o feminino em função do crescimento, já no século XVIII, de mulheres que se passavam por homens a fim de resistirem aos novos condicionamentos dado as mulheres. Elas deveriam agir como donas de casa e esposas, era o curso da imputação do feminino na sociedade da época.

Por volta do século XIX, o trânsito do gênero é interrompido, instalando-se nos corpos dos sujeitos o sexo e a ciência como instrumento de normatizar a “normalidade”, determinando o verdadeiro sexo e fazendo dele um exame extremamente criterioso. Os corpos seriam resultados de um discurso que serviria para justificar lugares hierarquizados e milimetricamente direcionados. A divisão sexual binária definiria as condutas devidas de cada sexo. A mulher, o lar, ao homem, o mundo. Nesse discurso científico não há negociações, não há semelhanças entre os corpos de homens e mulheres e, atrelado a isso, não há nada em comum entre o masculino e o feminino. A única maneira desses corpos se encontrarem e dividirem o mesmo espaço é através do sexo.

Não obstante, Bento (2008) por meio de uma pesquisa histórica acrescenta que “apenas em 1700 o órgão sexual feminino passa a ter um nome diferenciado” (BENTO, 2008, p. 23). O órgão definidor das mulheres é a vagina, tendo como condições de normalidade a heterossexualidade e a maternidade.

Ou seja, antes de sermos anunciados como humanos, precisamos ter um corpo sexuado. Os maiores campos produtores de saberes universais, como a Igreja, a ciência ocidental positivista, o senso comum como saber universal imediatista, agem no sentido de compor polaridades em torno do sexo e da sexualidade. Dizendo de outro modo: não se trata de uma prática sexual, mas de um regime político administrador dos corpos e gestor da vida no campo da biopolítica.

O que está sendo colocado aqui não é a construção dos corpos por meio do discurso, essa questão já é auto evidente e bastante debatida. Será colocado aqui a questão debatida por Butler como forma de compreender o espaço tensionado pela desconstrução, os constantes exercícios de exclusão, a marginalização e a abjeção dos corpos que disputam territórios dentro de si e do mundo. Butler persegue a construção discursiva que pode ser infiltrada e subvertida arbitrariamente porque não há determinismo – menos ainda voluntarismo – em função de não existir formas completas e acabadas mesmo quando consideramos o caráter repetitivo de materialização dos corpos. Isso não quer dizer que haja uma construção exterior absoluta, mas encontrar fissuras e instabilidades que implicam na impossibilidade de assentamento das normas e suas produções.

A problemática da análise do corpo e da constituição do gênero e da identidade,

não se dão apenas no campo do discurso, da metafísica da substância ou da psicanálise, mas também no nível das tecnologias do corpo, das modificações prostéticas. De acordo com Preciado (2011), há uma sexopolítica aliada ao biopoder que territorializa os órgãos genitais, definindo suas funções e seus desejos.

A mesa de atribuição da masculinidade e da feminilidade designa os órgãos sexuais como zonas geradoras da totalidade do corpo, sendo os órgãos não sexuais meras zonas periféricas. Isto é, a partir de um órgão sexual preciso este marco abstrato de construção do “humano” nos é permitido reconstruir a totalidade do corpo. O corpo só tem sentido como sexuado, um corpo sem sexo é monstruoso. Segundo essa lógica, a partir de um órgão periférico (o nariz, a língua ou então os dedos, por exemplo) é impossível reconstruir a totalidade do corpo sexuado. Assim, então, os órgãos sexuais não são somente “órgãos reprodutores”, no sentido que permitem a reprodução sexual da espécie, e sim que são, também e sobretudo, “órgãos produtores” da coerência do corpo como propriamente “humano”. (PRECIADO, p.130-131, 2011)

De acordo com Preciado (2011) há muita dependência da linguagem psicanalítica do falo para as análises feministas *queers*, mas foi por meio delas que não somente tornaram óbvias as operações tecnológicas da masculinidade e da feminilidade nos últimos anos, mas também demonstraram que a feminilidade e a masculinidade estão sujeitas às tecnologias sociais e políticas de construção e de controle.

Com o advento das tecnologias, em 1950 assiste-se uma ruptura ao regime disciplinar do sexo. As máquinas de naturalização do sexo e a definição de papéis de gênero não estavam apenas na “consciência” biopolíticas, agora eram materializadas por médicos como John Money que se utiliza do termo “gênero” para interferir nos corpos dos intersexuais através de métodos cirúrgicos e hormonais. As crianças intersexuais, ainda bebês, passavam por cirurgias de castração ou “correção” da genitália porque, antes mesmo delas chorarem pela vida, já estavam incutida na regulação normativa do corpo hétero.

Com isso quero dizer que existe a possibilidade de intervenção da biotecnologia de modo a produzir uma subjetividade sexual outra que não sirva apenas como instrumento de enquadramento dos corpos. Ou seja, não é simplesmente a contraposição a estratégias identitárias, não é a existência de sujeitos acima da lei, sexualmente irreduzíveis, únicos proprietários dos seus corpos como “desidentificação” (PRECIADO, 2011).

Ou seja, por meio dessa reflexão se propõe interpretar o corpo como materialidade plástica orgânica, o sexo é na realidade, uma tecnologia biopolítica. As perucas, os cílios e unhas postiços, as próteses de silicone, os batons, o uso de delineador, as cirurgias de redesignação sexual não são formas de buscar atingir um feminino hegemônico, a ideia de ser uma mulher autêntica. Essa composição de corpos dissidentes age (mesmo que de modo inintencional) de forma a provocar as normalizações dos corpos femininos e masculinos e inventar novos modos de prazer e convivência.

A mulher transexual, sobretudo aquelas que possuem os meios necessários de

acesso as tecnologias de mutabilidade corpórea, mesmo sem necessariamente fazer parte de algum movimento político feminista, produz dentro dessas correntes teóricas o questionamento de suas fronteiras, denuncia a fragilidade das categorias dos corpos e anuncia a precariedade de uma verdade universal.

É preciso, portanto, compreender como o feminismo é expressado no corpo da mulher transexual, quais são seus deslocamentos e desterritorializações. Quais são suas propostas dentro de um contexto marcado por estigmas e exclusões e quais os efeitos políticos e epistemológico para a teoria feminista.

O feminismo teve como estopim a crítica de uma sociedade dominada por homens e pelo sentido da masculinidade e é justamente a potência de deslocamento da crítica que produziu dissidências importantes no feminismo. Sem nunca tentar apagar a representação ou anulá-la, as problematizações fizeram repensar as táticas de luta e contribuir para a atuação dos demais espaços variados, ampliando o sentido da identidade e da sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Loudes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista de Estudos Feministas** Florianópolis. Vol. 16, n. 1, Jan./Abr. 2008

BERENICE, Bento. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. **Revista Poiésis**, Niterói, n. 15, p. 47-71, jul. 2010. Disponível em: <Disponível em: <http://www.poesis.uff.br/sumarios/sumario15.php> >. Acesso em 14/06/2018.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In Rabinow P e Dreyfus. **Foucault uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária

GAUTHIER, Jacques Zanidê. **Notícias do rodapé do nascimento da sociopoética**. Mimeografado, 2003.

PENKALA, Ana. **A mulher e o novo preto**: pensando identidades a partir das representações arquetípicas de gênero na série *Orange is the new black*. Trabalho apresentado IV SIGAM – Simpósio Internacional Gênero, Arte e Memória em novembro de 2014. Disponível em: http://wp.ufpel.edu.br/paralelo31/files/2015/03/13_dossie_04_artigo_penkala.pdf Acesso em 12/06/2018.

PRECIADO, Beatriz. **Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual**. Madrid, Pensamiento Opera Prima, 2002.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual**: y outros ensaios. Trad. Javier Saéz y Paco Vidarte, n. 2, ed. Egales, Barcelona, 2006.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte. ed. Autêntica, 2012.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-090-2

